



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253

v. 13, n. 2, jul./dez., 2007

Tipografia anticomunista: os jornais *A União* e *A Imprensa* na “redemocratização” paraibana de 1945

FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO

Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

O processo político desencadeado com o fim da II Guerra Mundial possibilitou ares de democracia à sociedade brasileira. “Redemocratizado” o país, imediatamente as forças da esquerda brasileira começaram a se reestruturar em torno do PCB, completando o cenário político brasileiro na luta pelo poder. Nesse sentido, na Paraíba, o processo eleitoral advindo ensejou o embate de forças pela manutenção do poder por parte do governo e de sua conquista por parte de seus oponentes comunistas. É sobre este período que pretendemos evidenciar como o governo utilizou os jornais *A União* e *A Imprensa* como instrumentos de poder simbólico.

Palavras-chave: Redemocratização. Imprensa. Representações.

Anti-communist typography: the periodicals *A União* and *A Imprensa* in the “redemocratization” of the Brazilian State of Paraíba in 1945

ABSTRACT

The politic process unchained with the end of the Second World War made possible airs of democracy to the Brazilian society. Immediately after the country was “Redemocratized”, the forces of the Brazilian left started to reorganize around the PCB (The Brazilian Communist Party), completing the Brazilian politic scene in the fight for power. In this direction, in the Brazilian state of Paraíba, in the ensuing electoral process, there was a clash of forces for the maintenance of the power on the government side and of the conquering of the process by the communist opponents. It is about this period that we intend to give evidence of the government use of the periodicals *A união* and *A Imprensa* as tools of symbolic power.

Key words: Redemocratization. The Press. Representations.

Faustino Teatino Cavalcante Neto

Mestre em Ciências da Sociedade pela UEPB. Professor do Curso de História da UEPB.

E-mail: faustinoteatino@bol.com.br

Endereço para correspondência:

Centro de Educação (CEDUC) – UEPB, Departamento de História. Rua Antonio Guedes de Andrade, 190 – Catolé. CEP 58104-410 – Campina Grande – PB

A “REDEMOCRATIZAÇÃO” DE 1945: O CONTURBADO VOLVER DO COMUNISMO

A “redemocratização¹” na Paraíba encontrava-se em marcha desde o início de março de 1945, processando uma campanha que trazia, de um lado, as oposições que ganhavam as ruas proclamando o candidato Eduardo Gomes e a derrubada de Vargas em torno da União Democrática Nacional (UDN); e, do outro, a interventoria de Ruy Carneiro, que apoiava o general Dutra, líder do ainda situacionista PSD.

Durante esse processo, a sociedade brasileira converteu-se em espaço aberto para o debate e para a discussão de propostas de desenvolvimento e de soluções para as crises e os conflitos sociais do Brasil. Na Paraíba, esse fenômeno ficou representado pelo movimento estudantil², que havia dado um passo à frente com a criação do Centro dos Universitários Paraibanos, instituição fomentada por Afonso Pereira³. Mello (2003, p. 119) descreve que esse e alguns outros intelectuais paraibanos inspiravam a Sociedade de Cultura Musical a promover recitais acompanhados de exposições político-culturais. O antifascismo constituía o traço inerente dessas manifestações no primeiro quadrimestre de 1945. Ao lado dos Grêmios Estudantis, elas constituíram-se em dinâmicas “instituições recreativas, culturais, filosóficas e religiosas, que passaram a dar um novo caráter ao Estado que já não era o mesmo de antes” (MELLO, 2003, p. 120).

Em face dessa dinâmica, a interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945), utilizando-se de nova tática, não partiu para repressão, preferindo utilizar a estratégia da cooptação dessas entidades, mediante crescente inserção de seus representantes, nos respectivos quadros dirigentes do governo estadual. A fim de fortalecer-se mais, a interventoria cuidou em cooptar também os jornalis-

tas campinenses Hortêncio Ribeiro, Tancredo de Carvalho e Luiz Gil, que, em certa ocasião, foram prestar homenagens ao governador-interventor no Parque Arruda Câmara, da capital paraibana. No entanto, esse processo de cooptação não se generalizou sobre a esquerda da Paraíba. Tanto é que os comunistas mantiveram-se próximos à UDN, que, no país, congregava o grande conjunto que fazia oposição à situação getulista.

Essa aproximação, contudo, foi efêmera. Quando, em abril de 1945, o novo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, substituiu a colaboração rooseveltiana com os soviéticos por uma aberta confrontação, assumindo assim o papel de “*baluarte anticomunista*” (MOTTA, 2002, p. 04), a Guerra Fria pôs-se a caminho; o que se revelou fatal para a “redemocratização” brasileira e também paraibana. Já no dia 24 desse mês e ano, os comunistas da Paraíba lançaram a União Socialista da Paraíba (USP), e, no dia seguinte, Luiz Carlos Prestes concedeu uma entrevista que provocou o início da cisão entre a UDN e os comunistas⁴.

Desgarrados do esquema de forças da UDN, os comunistas paraibanos buscaram espaço próprio e, a 21 de julho de 1945, instalaram seu Comitê estadual. Essas tensões eram reflexos do plano internacional que, no Brasil, rapidamente envolveu o grupo dutrista pelo anti-comunismo e, na Paraíba, foi essa a posição assumida tanto pelas forças da UDN, como pelas do PSD.

No calor desses acontecimentos, a Igreja Católica paraibana – que mantinha relações umbilicais com as classes dominantes, reproduzindo sua ideologia – logo se mostrou insatisfeita, conforme podemos comprovar pela leitura no Jornal *A União*, que lançou uma proclamação assinada pelo Arcebispo Dom Moisés Coelho⁵, sentenciando que “os candidatos até esta data apresentados para a presidência da República são ambos dignos do sufrágio eleitoral dos católicos” (*A União*, 24 abr.

¹ Ao longo de todo o estudo, providenciamos aspear a palavra redemocratização por entendermos que as ações políticas que se seguiram a esse fato não podem ser compreendidas como sendo sinônimo de democracia, no sentido literal do termo.

² Em João Pessoa, realizavam-se, desde 1940, reuniões intermunicipais estudantis. “*A mais importante destas, o Congresso Estudantil de 1942, nos Salões do Liceu Paraibano, Campina Grande compareceu com delegação liderada pelos colegiais Petrônio Figueiredo e Josmar Toscano Dantas. Na culminância desse processo, sobreveio o Centro Estudantil Campinense em que se apoiou Félix Araújo para as campanhas contrárias aos aumentos dos transportes, pão e cinemas, no período 1945/48*” (*A UNIÃO*, 26 e 27 jul. 2003).

³ Jornalista, ex-seminarista, professor do Seminário Arquidiocesano e do Liceu Paraibano, assim como oficial de reserva. Na Paraíba, foi o principal articulador cultural do pós-guerra, transitava fácil junto à chamada “Ala Moça”, que era constituída por Virgínius da Gama e Melo, Baldomiro Souto, Cláudio Santa Cruz, Dulcídio Moreira, João Neves, Péricles Leal, Ivanisse Pessoa da Cunha e Margarida Lucena (MELLO, 2003, p. 119).

⁴ O rompimento comunista com a UDN também fez decompor a Frente Única Estudantil Paraibana. “*Em maio, a ala moderada de estudantes udenopessedistas de Vamberto Costa, Cláudio Santa Cruz, Virgínius da Gama e Melo, Fernando Milanez, Sílvio Porto e Ivan Pereira assumiu o controle do Centro dos Universitários Paraibanos, derrotando a facção (pró)comunista de Baldomiro Souto e Geraldo Baracuh*” (MELLO, 2003, p. 135).

⁵ Nasceu em Cajazeiras no dia 08 de abril de 1877, ordenando-se em 1º de novembro de 1901. Com o falecimento de Dom Adauto, em 15 de agosto de 1935, passou a ser o segundo arcebispo da Paraíba, permanecendo como tal até o seu falecimento em 1959 (TRINDADE, 2004, p. 73 e 74).

⁶ Na década de 1920, a crescente urbanização, a secularização da cultura e a fundação do PCB enfraqueceram visivelmente a influência tradicional do catolicismo. Para fazer frente a tais mudanças, o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, liderou um movimento destinado a defender os ideais cristãos na vida política nacional. Foi com esse intuito que foram criados a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1922). Em 1932, com o objetivo de articular-se com o mundo da política, o grupo católico, tendo novamente à frente dom Leme, criou a Liga Eleitoral Católica (LEC). Congregando intelectuais e segmentos da classe média, a LEC teve uma participação expressiva nas eleições de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte, batendo de frente com os candidatos da Liga Pró-Estado Leigo, os quais eram acusados de pertencerem ao credo comunista e inimigos

1945). Isso significava que a Liga Eleitoral Católica⁶ fazia restrição à candidatura presidencial pecebista. Na mesma edição, o padre Antônio Fragoso publicou artigo, intitulado “*Católico e Comunista*”, de maniqueia distinção entre os dois campos.

Essa associação entre o poder político estabelecido e a Igreja Católica na Paraíba da “redemocratização” evidencia a entrada de mais um elemento na disputa pelo poder, uma vez que a Igreja, através do jornal oficial *A União*, começava a reforçar, com o discurso religioso, as posições políticas do poder instituído. Cabe aqui destacarmos o poder desempenhado por esse sistema religioso, já que muitas das matérias jornalísticas analisadas, em ambos os jornais referidos, foram assinadas por membros da Igreja Católica paraibana, e como tais expressavam idéias na forma de dogmas revelados.

Segundo Bourdieu, o poder exercido pelo sistema religioso é o poder simbólico, “[...] poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 07-08). Para Bourdieu, este poder é quase mágico, na medida em que permite obter o equivalente ao que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização. Todo poder simbólico é um poder capaz de se impor como legítimo, dissimulando a força que há em seu fundamento. Ao contrário da força bruta, que age por uma eficácia mecânica, todo poder verdadeiro age enquanto poder simbólico. A ordem torna-se eficiente porque aqueles que a executam, com a colaboração objetiva de sua consciência ou de suas disposições previamente organizadas e preparadas para tal, a reconhecem e crêem nela, prestando-lhe obediência. Ainda segundo esse sociólogo, o poder simbólico é (...) é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder (...) capaz de produzir efeitos reais, sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Assim como em outras partes do mundo, no Brasil da “redemocratização” de 1945 a Igreja Católica combateu as idéias comunistas e a publicação do jornal *A União*, mencionada acima, serve para demonstrar como se configuravam as relações de força entre as autoridades paraibanas ou mandatários de plantão e os militantes comunistas locais, em que os primeiros acusavam os comunistas como elementos intrusos à “redemocratização”, ou seja, perturbadores do processo democrático.

O poder simbólico se refere à capacidade de intervir no curso dos eventos, de influenciar as ações e cren-

ças de outros e também de criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas. Então, para exercer esse poder, o Estado paraibano e seus mandatários de plantão utilizaram de vários tipos de recursos, dentre eles o jornal escrito, que produziu e transmitiu capital simbólico. Assim, conhecer a representação simbólica do periódico *A União*, que, além de ser o órgão oficial do governo, era o meio pelo qual se fazia falar a Igreja Católica, torna-se um caminho para se compreender o poder político dominante naquela sociedade e o modo como as representações de signos ou símbolos no espaço social tornavam-se armas de combate dos grupos políticos dominantes na busca pela sua legitimidade.

A presença eleitoral comunista, cada vez mais concreta, tanto chamou a atenção da Igreja que esta, de imediato, constituiu a seção estadual do Partido Democrata Cristão, cuja base residia na Liga Eleitoral Católica e na própria Arquidiocese. A primeira cuidou em reafirmar os princípios programáticos da Igreja – indissolubilidade dos laços familiares, ensino religioso, legislação do trabalho inspirada nos preceitos cristãos. Já a arquidiocese manifestou-se através da pastoral do Arcebispo Dom Moisés Coelho, o que se percebe pelo fragmento do artigo “*A Igreja e o Atual Momento Político Brasileiro – Orientação aos Católicos*” a seguir:

Em qualquer dos dois principais candidatos podem os católicos votar. Quanto aos candidatos da representação federal falará a LEC. Há, porém, doutrinas político-sociais que devem ser repudiadas pelos católicos, impugnadas e combatidas pelos legítimos brasileiros, porque contêm na sua dialética, princípios contra a Igreja, contra a Pátria e contra a família. (*A União*, 18 nov. 1945).

Nas proximidades do pleito presidencial, a LEC continuou a se dirigir, através do referido jornal, ao eleitorado paraibano, orientando que “*Todos os partidos, exceto o comunismo, estão aprovados, [...] quem combater o materialismo pode estar certo de que estar defendendo a fé católica, as tradições nacionais, os direitos e os interesses da Igreja e do Brasil*” (*A União*, 18 nov. 1945). É interessante observarmos que acontecia entre o leitor e este periódico um verdadeiro pacto de confiança: o leitor acreditava na veracidade daquele veículo e o veículo, por sua vez, realizava todo um processo de investimento de sentido na realidade, através de operações discursivas que se revestem de “objetividade” e “imparcialidade”. Portanto, mais do que eficácia real, a objetividade e a ancoragem

dos ideais católicos. Sua atuação consistiu em supervisionar, selecionar e recomendar ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela Igreja, mantendo uma postura apartidária. Numerosos deputados foram eleitos com o apoio da LEC, entre eles Luís Sucupira, Anes Dias, Plínio Correia de Oliveira e Morais Andrade.

factual conferiam ao texto jornalístico eficácia simbólica.

Durante a campanha desse pleito eleitoral, constatamos que o principal adversário dos comunistas naquela luta ideológica foi a Igreja Católica. Absolutamente anti-comunista, dignitários católicos, através do jornal *A União*, e párocos locais equiparavam os seguidores de Prestes ao demônio e diziam que era necessário que fossem exorcizados. Não obstante, também merece considerar que, apesar da votação amortizada, o PCB conseguiu votos em trinta e três dos quarenta e um municípios paraibanos.

A ELEIÇÃO ESTADUAL DE 1947: CRESCEM OS OBSTÁCULOS AO COMUNISMO

Passadas as eleições de 1945, as atenções na Paraíba voltaram-se para o pleito de 19 de janeiro de 1947, que tinha por finalidade eleger o governador, o vice-governador e os deputados estaduais. Ao governo do Estado concorreram Oswaldo Trigueiro (UDN), Alcides Carneiro (PSD) e José Wandregisero Dias (PCB), quadro esse que representa as relações de força entre as elites e seus representantes no poder estadual⁷ e as lideranças comunistas, que falavam em nome das classes pobres em geral: de um lado, o Estado e seus afins que promoviam um discurso representativo sobre o comunismo, cujo fim era criar no imaginário social paraibano uma idéia apocalíptica sobre o PCB; e, de outro, os militantes comunistas que promoviam explícita reação à ordem estabelecida.

Apesar do processo de “redemocratização” vivido, no país recrudescia visivelmente a intolerância quanto às manifestações populares. No início de 1946, após o PCB e a facção avançada da UDN terem realizado um comício no Bairro do Roger, na capital paraibana, o Jor-

nal Católico *A Imprensa*⁸, que havia reaparecido, passou também a perseguir os atos dos comunistas, divulgando chamadas em letras garrafais na sua primeira página, como a da edição de 27 e 29 de março e 24 de abril de 1946, respectivamente:

Operários da Paraíba. Lembrai-vos de 1935! O Comunismo promete traír a PÁTRIA – Pátria que é vossa e de vossos filhos! (A IMPRENSA, 27 mar. 1946).

O chefe Luiz Carlos Prestes, é um agente de governo estrangeiro, advoga no Brasil os interesses da Rússia e o comunismo tenta prolongar noutras nações o domínio moscovita. (A IMPRENSA, 29 mar. 1946).

Operários do Roggers lembrai-vos de 1935! O Comunismo promete traír a PÁTRIA, essa Pátria vossa e de vossos filhos! (A IMPRENSA, 24 abr. 1946).

A forma como foram redigidas a primeira e terceira chamadas acima deixa claro como a sociedade paraibana de então imaginava o movimento comunista de 1935, projetado enquanto discurso na memória oficial como a “Intentona Comunista⁹”. Percebe-se também como, durante a “redemocratização”, recorria-se à rememoração dos fatos ocorridos em 1935, melhor dizendo das versões sobre eles, como uma arma importante na propaganda anticomunista, que para tanto cunhou a expressão “lembrai-vos de 1935” para reforçar o temor ao comunismo. A partir de então, e freqüentemente agindo com eficácia, a propaganda conservadora procurou mobilizar a sociedade contra os “comunistas” através da advertência de que, caso não fossem detidos, eles cometeriam de novo as supostas vilezas praticadas em 1935. Desse modo, os discursos e imagens construídos em torno da “Intentona” tornaram-se um dos esteios do

⁷ No decorrer desse processo, observamos que tanto o PSD quando a UDN se fizeram presentes no governo do Estado da Paraíba. Ruy Carneiro, que assumiu a legenda do PSD, vinha na interventoria estadual desde 1940 e, pretendendo disputar o mandato de governador, passou o exercício da administração ao Secretário do Interior Samuel Duarte, nomeado por Getúlio no dia 27 outubro de 1945. Com a deposição de Vargas no dia seguinte, a presidência da república passou a ser exercida, transitoriamente, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares. Este, no dia 03 de novembro, nomeou, para a Interventoria paraibana, o desembargador Severino Montenegro, que deu coloração udenista à nova gerência estadual. Essa manobra política fez o candidato da UDN à presidência, Eduardo Gomes, sair vitorioso na Paraíba; quadro que não se repetiu no país que elegeu Dutra presidente. Como as eleições para governadores estaduais só se processariam em 1947, a classe política paraibana pessedista cuidou em reivindicar do novo presidente a nomeação de Odon Bezerra para ocupar a interventoria da Paraíba, sendo empossado em 14 de fevereiro de 1946.

⁸ Esse diário foi fundado no Estado em 1897, por Don Aduato Aurélio de Miranda, primeiro bispo e primeiro arcebispo da Paraíba. Na década de 1930, exerceu um papel de propaganda aberta pró-integralismo e de postura totalmente anticomunista. Porém, quando o interventor Ruy Carneiro foi empossado, a 15 de agosto de 1940, pretendendo subordinar diretamente o operariado e demais segmentos sociais, passou a dispensar a intermediação da Igreja. As relações entre a Arquidiocese e Interventoria se agravaram a 31 de maio de 1942, quando o interventor mandou fechar o jornal. Em março de 1946, Dom Moisés restabeleceu o jornal. (MELLO, 2003, p. 39).

⁹ Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que foram apropriados e utilizados para consolidar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem à formação de uma verdadeira legenda negra em torno da “Intentona Comunista” (Intentona = intento louco, motim insensato). O movimento foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias da revolta, os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis, considerados uma decorrência necessária dos ensinamentos da “ideologia malsã”. O relato mitificado do evento foi sendo reproduzido ao longo das décadas seguintes, num processo paulatino de construção e elaboração.

anticomunismo paraibano, oferecendo suporte político-ideológico para justificar as campanhas de repressão.

Não poderíamos deixar de destacar, no contexto dessa campanha, o reaparecimento do jornal *A Imprensa*, que, junto à *A União*, passou a ser instrumento de construção do sentido do mundo social. Consideramos que um órgão editorial como o da arquidiocese paraibana, diferentemente do estatal, tem um caráter muito particular, pois:

A mídia religiosa, alinhando dois discursos legitimantes, o religioso e o da mídia – um por sua condição de dogma revelado, outro por sua pretensão a uma impossível e indesejável objetividade –, procura reforçar esta ou aquela posição, com o cuidado que tais questões possam ter aparência e relevância doutrinária que justifique sua presença em um veículo religioso. (MARTINO, 2003, p. 55).

Assim, os agentes católicos da luta em questão disponibilizavam toda sua aparência de objetividade e isenção para impor, através desses artifícios, uma determinada representação de mundo. Desse modo, o jornal *A Imprensa* passou a ser um grande agente da violência simbólica¹⁰, com vistas à manutenção do poder então estabelecido. Um poder que já não procurava apenas coagir fisicamente, mas construir no interior dos indivíduos, através do discurso jornalístico, os valores necessários à sustentação das estruturas sociais, justificando determinadas práticas em detrimento de outras. Nesse sentido, Bourdieu ainda diz que:

O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. É somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada as coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. Isso significa que ele não faz nada? De fato, como uma constelação que começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo – classe, sexo, religião, nação – só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido segundo um princípio qualquer dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento. (BOURDIEU, 1990, p. 167).

Bourdieu debateu firmemente a questão da grande vantagem daqueles que têm os meios de atuar de uma

maneira que passa fundamentalmente pela linguagem e por sua capacidade de fazer com que o outro aceite uma representação da realidade, que não tem necessidade de ser objetiva para ser aceitável – e não o é a maior parte do tempo –, mas que é concebida para apresentar a realidade a seu favor e servir a seus próprios fins. O poder simbólico é, sobretudo, o poder de levar os dominados a perceberem e descreverem as coisas como aqueles que ocupam posições dominantes têm interesse que eles vejam e descrevam.

Dessa maneira, constatamos que as fomentações ideológicas, carregadas de representações sobre o comunismo, aumentavam, à medida que se aproximavam o dia daquelas eleições, contribuindo, sobremaneira, para o pequeno resultado eleitoral do PCB paraibano.

Tão logo se processou esse segundo momento da “redemocratização” brasileira (eleições para governador, vice-governador e deputados estaduais) o movimento de afirmação política do PCB foi brutalmente interrompido. Tal fato se deu no contexto da Guerra Fria, após o ex-primeiro ministro inglês Winston Churchill anunciar a criação da “Cortina de Ferro” na Europa e os EUA decretarem a Doutrina Truman, de segurança nacional contra o comunismo.

Nesse sentido o presidente do Brasil, General Eurico Gaspar Dutra, adotando imediata postura de contenção aos “vermelhos”, solicitou do Congresso Nacional o rompimento das relações diplomáticas com a URSS e encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral processo referente à cassação do registro do partido e dos mandatos de todos os seus representantes parlamentares eleitos, alegando que o partido era um instrumento da intervenção no país, que foi aprovado em 07 de maio de 1947, através da Resolução nº 184.

“DIGA COM QUEM TU ANDAS QUE DIREI QUEM TU ÉS”: ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1947

Decretada a ilegalidade do PCB e tendo em vista as eleições para prefeitos e vereadores em todos os municípios brasileiros, a realizarem-se em 12 de outubro de 1947, os militantes comunistas brasileiros procuraram

¹⁰ Forma invisível de coação que se apóia, muitas vezes, em crenças e preconceitos coletivos. A violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se enxergar e a avaliar o mundo seguindo critérios e padrões do discurso dominante (BOURDIEU, 1989).

¹¹ Na capital paraibana, os pecebistas aproximaram-se da UDN, apoiando as candidaturas de Luiz de Oliveira Lima e Vasco Toledo para prefeito e vice, respectivamente, que tinha como principal adversária a chapa do PSD, composta por Osvaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Jocelino Francisco Mota. Em troca deste apoio, consubstanciou-se a pretensão dos pecebistas em movimentarem-se para elegerem o gráfico comunista João Cabral Batista a uma cadeira na Câmara Municipal. Já em Campina Grande, os militantes comunistas, diferentemente dos da capital, não apoiaram a UDN e aproximaram-se da Coligação Democrática Campinense, que tinha como candidato a prefeito o médico Elpídio de Almeida e a vice o capitão do exército Antônio Rodembusch. A contragosto do Diretório Estadual, arregimentou-se a campanha para vereador do comerciante João Cavalcanti Pedrosa pelo Partido Socialista Brasileiro (SYLVESTRE, 1982).

guardada nas legendas legalmente reconhecidas, para que, assim, pudessem concorrer aos processos eleitorais¹¹.

Em nossas análises, constatamos que, no decorrer dessa campanha, o então governador da Paraíba, Oswaldo Trigueiro (UDN), eleito com o apoio udenista de Arge-miro de Figueiredo, que representava os interesses dos grupos econômicos das usinas, da burguesia exportadora de algodão e do coronelato dos agropecuaristas do sertão, permaneceu instrumentalizando o poder estatal no sentido de continuar empreendendo, através dos jornais, o poder de propaganda anticomunista e garantir assim a hegemonia das classes em nome das quais falava.

Desse modo, essa campanha eleitoral pode ser considerada como sendo uma das mais duras, do ponto de vista ideológico, do processo de “redemocratização”, iniciado em 1945, uma vez que é perceptível o recrudescimento à depreciação aos militantes comunistas. A imprensa continuava sendo uma das principais protagonistas de várias ações políticas contra os marxistas da Paraíba, o que só fazia aumentar o abismo do relacionamento entre grande parte da sociedade paraibana e os comunistas.

Um fato que exemplifica essas ações aconteceu quando o Centro dos Universitários Paraibanos, em 20 de maio de 1947, fez uma extensa programação para lembrar o líder estudantil comunista pessoense Baldomiro Solto, que tinha sido responsável pela fundação da entidade e que há um ano havia aparecido morto na praia de Tambaú em João Pessoa aos 21 anos de idade. Dois dias depois das comemorações, o jornal *A Imprensa*, não se referindo ao nome de Baldomiro Souto, mas ao fato do suicídio, insinuou em seu editorial “*Comunismo, Inimigo da Mocidade*”, que:

Suicídio entre jovem que tem formação marxista deve-se ao fato do apego que ele tem ao materialismo e o desprezo pelo destino eterno. [...] Malditos os princípios que reduzem o ser humano a um punhado de matéria, sem alma e sem um destino eterno. [...] Fazem despertar até aos jovens, para quem a vida deveria ostentarse como o mais doce dos sorrisos. (A IMPRENSA, 22 maio 1945).

Esse editorial serviu ainda mais para promover as representações sobre os comunistas paraibanos e fomentar, na referida sociedade, imagens negativas que apontavam o marxismo como responsável por ter perturbado a cabeça do líder estudantil, levando-o ao suicídio.

Neste pleito, o jornal *A Imprensa* foi incansável na condenação ao comunismo, através de constantes e repetitivos artigos, evidenciando “a apropriação que o discurso jornalístico faz da política” (MARIANI, 1998, p. 227). Defendeu, aberta e convictamente, a tríade “Religião, Pátria e Família”, a livre iniciativa e a defesa da

propriedade. Da mesma forma, atribuiu ao comunismo o papel de “inimigo” e de personificação do mal. Uma particularidade, no desenrolar da Guerra Fria, atrelada ao poder atômico de ambas as potências envolvidas, foi o tom apocalíptico que a acompanhava e que foi assumido, sobremaneira pelos Estados Unidos. O sucursal católico representava e ilustrava, de forma brilhante, esse pensamento nas páginas de suas edições. Ao incorporar esse mesmo tom dantesco em suas narrativas, contribuiu para alimentar um temor constante, tanto em relação a uma guerra atômica, quanto a uma possível dominação mundial pelo comunismo.

A Igreja Católica, continuando a falar através de seu órgão editorial, abriu as baterias contra os comunistas e as agremiações partidárias que abrigaram os membros do PCB. Na sua primeira página, de 05 de outubro de 1947, os membros da Liga Eleitoral Católica pediram aos fiéis da Igreja que não votassem nos candidatos da UDN que concorriam às prefeituras de João Pessoa e Mamanguape, porque eles haviam abrigado candidatos comunistas, conforme segue:

É preciso que se faça uma distinção: se a legenda da UDN, nas secções municipais de João Pessoa e Mamanguape, dado o acordo e a ligação com os comunistas, é considerada suspeita e por isso mesmo não possam os católicos e bons brasileiros sufragar-lhe os nomes, de plena consciência, não o será, porém, nos outros municípios paraibanos onde os candidatos da UDN souberam respeitar os sentimentos religiosos do eleitorado. [...] Chamamos ainda a atenção dos católicos para o PSB, que em Santa Rita e Mamanguape recolheu na sua chapa elementos comunistas das mais variadas graduações do extinto partido. (A IMPRENSA, 05 out. 1947).

O Jornal católico continuou, durante todos os dias da semana que antecederam as eleições, alertando o eleitorado católico a não votar nos candidatos comunistas e em quem estes estivessem apoiando. Em uma nota oficial da Liga Eleitoral católica, que foi publicada nos dias 07 e 12 de outubro de 1947, dia da eleição, os anticomunistas afirmavam:

O comunista, justamente por professar uma ideologia totalmente oposta à concepção cristã da vida, como qualquer outro cujas idéias se afastam da doutrina católica, não poderá de nenhuma maneira receber os sufrágios dos católicos nem mesmo figurando em legendas de outros partidos. É lamentável que a UDN tenha incluído entre seus candidatos nome de comunista declarado. (A IMPRENSA, 07 e 12 out. 1947).

E nos dias que antecederam o pleito, as publicações nesse jornal se intensificaram na tentativa de desfazer as propagandas que os comunistas fizeram em defesa de

seus candidatos. Mais uma vez, o periódico insistia para que os católicos não votassem neles:

Não deixa de ser estranhável a desenvoltura com que conhecidos elementos comunistas da cidade percorram os nossos bairros a serviço de propaganda de serviços dos candidatos a que eles chamam, por eufemismo, de populares. Não sabemos se assim agem com beneplácito das autoridades policiais. (A IMPRENSA, 09 out. 1947).

Candidatos comunistas ou os que se servem da propaganda e dos votos comunistas não merecem o sufrágio dos católicos. (A IMPRENSA, 10 out. 1947).

Todas as legendas e nomes de candidatos na capital, excetuando-se os do Partido Comunista e os que mantêm com o mesmo alianças suspeitas, merecem o sufrágio do eleitorado pessoense. (A IMPRENSA, 11 out. 1947).

À medida que se aproximava o pleito, esse jornal publicou incontáveis e repetitivos artigos condenando e execrando os comunistas, mesmo quando o assunto não se referia ao tema, não era perdida a oportunidade de depreciá-los. De acordo com Mariani, no discurso jornalístico os sentidos sobre os comunistas vão surgindo, muitas vezes, de forma dissimulada, ditos ao acaso, aparentando não haver ligação entre si. Porém, ganham visibilidade pela força da repetição e “*pelos críticos às vezes nítidas, às vezes sutilmente disfarçadas em explicação*” (MARIANI, 1998, p. 63).

Necessário se faz reiterar a relevância do papel da imprensa na construção de um imaginário a respeito dos comunistas. Na relação sujeito narrador e leitor, o jornalista é visto como alguém que detém o conhecimento, “*se investe e é investido pelo leitor como aquele que sabe*” (Idem, p. 100). Portanto, quem escreve usufrui uma posição privilegiada para influenciar o leitor.

Nesse jornal, a imagem do comunismo era constantemente veiculada e reforçada por essa repetição constante. Tal regularidade expressava todo um comprometimento ideológico com a causa anticomunista. Assim, o jornal descrevia os comunistas como a personificação do mal, o demônio com todos os seus atributos. O tom que a campanha anticomunista atingiu pode ser vislumbrado através de alguns exemplos: os comunistas foram chamados de “piratas”, “desvairados”, “paranóicos”, “degenerados”, “bárbaros”, “selvagens”, entre outros epítetos. E o mais grave: atingiam a moral cristã, admitindo o divórcio, o amor livre e o aborto, o que era entendido como um incitamento à dissolução da instituição familiar, como demonstravam as afirmações do artigo “*A RÚSSIA e o Amor Livre*”, que segue:

A revolução socialista de outubro (1917) aboliu a desigualdade política, jurídica e econômica da mulher, mas houve quem interpretasse erroneamente essa liberdade (...) Numa sociedade estritamente socialista, tal prática conduz a um relaxamento de costumes indigno do homem, suscita problemas pessoais, infelicidade e dissolução da família. (A IMPRENSA, 13 out. 1947).

A demonização do comunismo, adotada pela imprensa, era de uso corrente no jornal *A Imprensa*, que se baseava em imagens fortes como violência, traição, covardia, massacre, estupro e práticas imorais de várias espécies. A luta entre capitalismo e socialismo passou a representar a luta do bem contra o mal, o embate entre Deus e o Diabo. O demônio era sedutor, astuto, sorrateiro, insidioso, envolvia suas vítimas inocentes com mentiras e falsas promessas. Era assim que o comunismo agia com suas vítimas, iludindo-as com falsas promessas de igualdade para depois escravizá-las: “Mais de um bilhão de pessoas, metade da população do mundo, são vulneráveis à sedução comunista”, afirmava o artigo citado. Dizia ainda que o comunismo era perigoso, contagioso como uma doença: “A doença é um mal, mas a pior de todas as doenças é o comunismo. A própria Rússia era um gigante enfermo”.

Motta (2002) chama atenção para o fato de que, ao comparar o comunismo a doenças, a intenção era mostrar que os comunistas só poderiam ser doentes. Certamente, pessoas saudáveis, em plena sanidade, não adotariam o comunismo como credo. O autor também aponta para imagens ligadas a animais, como aranha, polvo, etc., que pretendiam representar o projeto comunista de dominação mundial. Nessa analogia, o comunismo, “[...] com suas teias e tentáculos, urdia silenciosamente uma cilada para os povos incautos” (MOTTA, 2002, p.p. 52-54). A União Soviética era identificada como centro irradiador do mal. Desse modo, “[...] o comunismo deixa de ser um conceito político para tornar-se a imagem de um país” (MARIANI, 1998, p. 147).

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

A IMPRENSA, João Pessoa, 27 mar. 1946.

A IMPRENSA, João Pessoa, 29 mar. 1946.

A IMPRENSA, João Pessoa, 24 abr. 1946.

- A IMPRENSA, João Pessoa, 22 maio 1945.
- A IMPRENSA, João Pessoa, 05 out. 1947.
- A IMPRENSA, João Pessoa, 07 out. 1947.
- A IMPRENSA, João Pessoa, 09 out. 1947.
- A IMPRENSA, João Pessoa, 10 out. 1947.
- A IMPRENSA, João Pessoa, 11 out. 1947.
- A IMPRENSA, João Pessoa, 12 out. 1947.
- A IMPRENSA, João Pessoa, 13 out. 1947.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Paulus, 2003.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.
- MELLO, José Octávio de Arruda. João Santa Cruz: o patriarca do comunismo na Paraíba. IN: *HISTÓRIA e Debate na Assembléia da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1996. v. 1.
- _____. *Nos tempos de Félix Araújo: Estado Novo, guerra mundial e redemocratização 1937-1947*. João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil 1917-1964*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- SILVA, Hélio. *1935: a revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- SYLVESTRE, Josué. *Lutas de vida e de morte: fatos e personagens da história de Campina Grande 1945/1953*. Brasília: Senado Federal, 1982.
- TRINDADE, Marcos Augusto. *Arquidiocese da Paraíba: 110 anos de evangelização*. João Pessoa: UNIPÊ, 2004.
- A UNIÃO, João Pessoa, 24 abr. 1945.
- A UNIÃO, João Pessoa, 26 jul. 2003.
- A UNIÃO, João Pessoa, 27 jul. 2003.
- A UNIÃO, João Pessoa, 05 set. 1945.
- A UNIÃO, João Pessoa, 18 nov. 1945.

Recebido em junho de 2007
Aprovado em setembro de 2007
